

Relatório de gestão
Embaixadora Maria Laura da Rocha
Representação Permanente do Brasil junto à FAO, FIDA e PMA

Relato as principais questões com que me deparei durante os dois anos e quatro meses em que estive à frente da Representação do Brasil junto à FAO, encarregada também dos demais organismos das Nações Unidas para a alimentação e agricultura com sede em Roma. Nos termos das instruções recebidas, detalho ações realizadas e principais desafios encontrados, e dou sugestões ao próximo chefe do posto.

2. SOBRE A FAO

3. Ao promover a maior produtividade agrícola - nos setores agropecuário, pesqueiro e florestal -, a FAO busca aumentar a disponibilidade e qualidade dos alimentos para erradicar a fome e a desnutrição, a fim de garantir a segurança alimentar mundial. A FAO teve mandato renovado pela revisão de seus Objetivos Estratégicos: OE 1 - Ajudar e eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; OE 2 - Aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável; OE 3 - Reduzir a pobreza rural; OE 4 - Promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e OE 5 - Aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes. Sob esse novo marco, a FAO tem buscado conciliar os propósitos que motivaram sua criação, em 1945, com os novos desafios da atualidade. Entre estes, destacam-se a necessidade de assegurar a sustentabilidade ambiental da cadeia produtiva e de respaldar o desenvolvimento econômico e social em bases duradouras. O Brasil, como potência agrícola e ambiental, possui evidente interesse em todos os debates em curso no âmbito da Organização.

4. A FAO é integrada por corpo técnico capacitado para produzir estatísticas, estudos e projetos, tanto de aplicação global quanto regional e local, nas mais diversas áreas do conhecimento agrícola. A Organização está estruturada em comitês e comissões de natureza temática (Agricultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base, Pesca, Florestas, Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura) e administrativa (Programa, Finanças, Questões Jurídicas), que, por sua vez, amparam as deliberações de seu Conselho e da Conferência bienal - sua instância decisória máxima.

5. Além disso, a FAO abriga, integralmente ou em colaboração com outras agências da ONU, outros instrumentos relevantes para o Brasil, como a Comissão do Codex Alimentarius (em conjunto com a Organização Mundial da Saúde - OMS), responsável pela elaboração de normas de comércio internacional sobre sanidade dos alimentos e transparência de

informação; a Convenção Internacional de Proteção Vegetal (CIPV) e seu órgão executivo, a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF), responsável pela elaboração de normas internacionais de proteção contra a disseminação de pragas; e o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), que visa promover a conservação e acesso facilitado aos recursos genéticos vegetais, bem como a repartição de benefícios derivados de seu uso. Há ainda diversas iniciativas e parcerias, cobrindo diferentes aspectos relacionados à atividade agrícola e temas relevantes para o Brasil, como bioenergia, solos, recursos hídricos e mudança do clima, nas suas interfaces com a agricultura.

6. A Organização possui cinco escritórios regionais e nove sub-regionais, além de escritórios de ligação e representações nacionais (em 143 países). Esses postos avançados ajudam a identificar, planejar e implementar as ações prioritárias da FAO nos diferentes níveis. Além disso, apoiam tecnicamente os países no desenvolvimento de políticas, programas e projetos voltados ao combate à fome e à desnutrição, ao desenvolvimento rural e agrícola, e ao uso sustentável e eficiente dos recursos naturais.

7. Sob a gestão do brasileiro José Graziano da Silva, eleito Diretor Geral em 2011 e reeleito em 2015, a FAO elevou sua meta de reduzir a fome no mundo para a de eliminar mundialmente a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição. A fim de alcançar este objetivo, as atividades da FAO foram reestruturadas de maneira transversal e inclusiva, conectando ações de emergência e de desenvolvimento, fortalecendo as parcerias dentro e fora do sistema das Nações Unidas, com governos, organizações internacionais, regionais e atores não estatais (Marco Estratégico Revisado 2010-2019). No que toca ao Programa de Trabalho e Orçamento de 2016-17, em particular, os Estados Membros acordaram atribuir maior ênfase aos temas de nutrição e mudança do clima, áreas que têm sido acompanhadas com especial atenção e interesse pelo Brasil.

8. O orçamento total da Organização previsto para 2016-17 é de US\$ 2,6 bilhões. Desse montante, 39% (pouco mais de US\$ 1 bilhão) proviriam de contribuições estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros. As contribuições são pagas anualmente - uma parte em dólares americanos e a outra, em euros - e correspondem à metade do valor devido no biênio.

9. O Brasil é o 10º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO, sendo antecedido por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China, Itália, Canadá e Espanha. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70%

do valor aprovado pela Conferência - do qual o Brasil responde por menos de 3%. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes - em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo - contribuem com cerca de 8% do total.

10. Com a orientação de seus Membros, a FAO tem buscado afirmar-se como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As grandes áreas prioritárias são as de promoção da segurança alimentar e nutrição, uso eficiente dos recursos naturais e apoio ao desenvolvimento rural sustentável, com foco nos agricultores familiares (posse da terra e acesso a mercados). Em mudança do clima, a FAO tem exercido papel proeminente nas ações de resiliência e adaptação, mas há interesse, por parte de diversos Membros, de que suas atividades contemplem, cada vez mais e de forma integrada, os aspectos de mitigação, consoante as potencialidades e necessidades locais. Em seguimento ao Acordo de Paris, a FAO vem advogando maior atenção à agricultura nas discussões sobre clima, e trabalhando em programas e projetos que tratam o tema de maneira transversal e integrada.

11. Cresce na FAO a preferência por abordagens de integração das paisagens, como as que trabalham lavoura, pecuária e florestas conjuntamente, visando alcançar resultados mais efetivos em termos de sustentabilidade. Outra tendência é a valorização do fator cultural nos sistemas de produção agrícola e seus componentes relacionados a serviços ecossistêmicos, biodiversidade e conhecimento tradicional. Ainda entre os temas emergentes relacionados às áreas prioritárias e aos Objetivos Estratégicos da FAO estão as medidas de prevenção e combate à resistência antimicrobiana, desenvolvimento e uso de biotecnologia (sobretudo entre pequenos produtores) e conhecimento e difusão da agroecologia. A esse respeito, destaco a criação, em 2014, do Grupo de Países Amigos da Agroecologia, arranjo informal integrado por Brasil, China, França, Japão, Suíça, Senegal, Hungria, Venezuela e Costa do Marfim, permanecendo aberto a novas adesões.

12. No campo do direito à alimentação, segurança alimentar e nutrição, a FAO detém grande conhecimento e base legal acumulados. Nos últimos 25 anos, realizou, com outras organizações internacionais, várias reuniões de alto nível nessa área. Desses encontros, resultaram declarações, planos de ação e programas de trabalho baseados em compromissos de combate à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição. Entre os principais eventos, estão as duas conferências internacionais sobre nutrição (ICN-1 e ICN-2), em 1992 e

2014; as duas cúpulas mundiais sobre alimentação, em 1996 e 2002; e a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009.

13. Muito devido aos esforços da FAO e de seu Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) - que em 2009 foi reformado para comportar atores não estatais e outras agências da ONU -, o tema da nutrição ganhou evidência, como por exemplo com a Declaração de Roma adotada na ICN-2 e seu Plano de Ação (2014) e a proclamação da Década de Ação em Nutrição (2016-2025) pela Assembleia Geral das Nações Unidas em abril de 2016. A definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com metas tanto específicas (ODS 2) como de impacto indireto sobre a segurança alimentar e nutrição também demonstra a priorização do tema nas Nações Unidas.

14. A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas para temas relacionados com seu mandato e programa de trabalho. Entre elas estão, por exemplo, a Aliança Mundial pelos Solos (GSP), integrada por todos os Membros da FAO e de grande atividade na promoção do manejo sustentável dos solos; e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP), co-presidida por Itália e Brasil, que tem por principal produto um conjunto de indicadores de sustentabilidade, a que os países devem aplicar a seus sistemas produtivos de bioenergia. O Brasil também vem participando, por meio de especialistas e parceiros não governamentais, de atividades da Iniciativa Global sobre Perda e Redução do Desperdício de Alimentos (SAVE FOOD), que reúne 250 associados; e da Iniciativa Global de Crescimento Azul, voltada aos países insulares em desenvolvimento. Na FAO, também cresce em relevância o Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global, com financiamento alemão e parceiros na China, Índia, Japão, México e Turquia, entre outros.

15. Criada em dezembro de 2014 na FAO, a Aliança Global pela Agricultura Climaticamente Inteligente avança rapidamente, reunindo já 150 associados, entre governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. O Brasil, representado por REBRASFAO, tem acompanhado as reuniões como Observador. Outra iniciativa acompanhada nessa condição é o Mecanismo Floresta e Agricultura (FFA), que guarda grande convergência com as políticas nacionais nessa área e mereceria maior engajamento brasileiro.

16. Dadas as restrições orçamentárias enfrentadas nos últimos anos, a FAO tem sido constantemente instada a fazer mais com menos recursos. Nesse contexto, cresce a ênfase na cooperação Sul-Sul e no processo de descentralização da Organização, visando tornar suas ações mais efetivas no terreno.

SOBRE REBRASFAO

17. A Representação do Brasil junto à FAO, sediada no Palácio Pamphili, juntamente com a Embaixada em Roma, conta atualmente com sete diplomatas (comigo incluída) e dois oficiais de chancelaria. Embora tenha suas atribuições reconhecidas "de facto", com autonomia de gestão, as funções de REBRASFAO permanecem juridicamente vinculadas à referida Embaixada, desde que a Representação foi extinta em 1990, juntamente com outras Missões Diplomáticas, por força da Lei 8.028 de 12/04 (Art. 27, "c"- 4). A referida Lei encerrou o interregno de dois anos e cinco meses em que a Representação existiu formalmente, desde que foi criada pelo Decreto 95.300, de 25/11/1987, como "Representação Permanente do Brasil junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos sediados em Roma". Antes disso, de 1984 a 1987, era chamada de Representação Especial e mantinha-se vinculada à Embaixada.

18. Em 1993, o Governo voltou a nomear Embaixadores para exercer a função de Representante Permanente, com dedicação exclusiva aos temas multilaterais. No entanto, desde 1990, REBRASFAO permanece sendo, juridicamente, um Setor da Embaixada do Brasil junto à República Italiana. Como se sabe, todos os servidores atualmente lotados no Posto foram removidos para essa Embaixada em Roma, a fim de exercer suas funções junto à Representante Especial junto à FAO, igualmente removida para a Embaixada (vide Diário Oficial da União). Pela mesma razão, desde 1990, nenhum Representante designado pelo Presidente da República foi submetido à sabatina no Senado Federal para atuar junto à FAO.

19. Cumpre observar que, à exceção de alguns grandes produtores agrícolas, como Brasil, Estados Unidos, China, França, Alemanha, Argentina, Venezuela e Rússia, os Representantes Permanentes junto à FAO são, geralmente, Embaixadores ou Ministros-Conselheiros das Embaixadas em Roma.

20. Em termos orçamentários, REBRASFAO é uma unidade enxuta e parcialmente integrada à administração da Embaixada. Além disso, durante a minha gestão e conforme instrução do Ministério das Relações Exteriores diante do quadro de severas restrições financeiras, a utilização dos recursos do Posto foi racionalizada. Transferi a Residência para reduzir gastos com aluguel e manutenção, e unifiquei com a Embaixada os contratos de prestação de serviços.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE MINHA GESTÃO

21. Identifico entre os principais acontecimentos ocorridos e atividades realizadas durante a minha gestão de REBRASFAO, a reeleição de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, em junho de 2015. Em eleição com voto secreto, na 39ª Conferência da FAO, o DG brasileiro obteve 177 votos

favoráveis dos 182 possíveis (sendo apenas um desfavorável), um resultado expressivo mesmo se tratando de candidatura única. A esse respeito, observo que o DG brasileiro só obteve a seu favor a quase totalidade dos votos graças a seu bem-sucedido primeiro mandato na FAO - que agradou tanto aos países em desenvolvimento, pela maior ênfase na promoção da segurança alimentar e no apoio à agricultura familiar, quanto aos países desenvolvidos, pela maior eficiência administrativa e aplicação dos recursos humanos e financeiros segundo as prioridades da FAO. O segundo mandato de Graziano da Silva estende-se até 31 de julho de 2019.

22. No mesmo dia de sua reeleição (6/06), o Diretor-Geral assinou com o então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica entre o Brasil e a FAO, visando elevar o perfil e engajamento das operações conjuntas.

23. A esse respeito, observo que o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial - sobretudo nas modalidades Sul-Sul e Triangular - em benefício próprio e de outros países. Há 25 projetos desse tipo, em andamento no âmbito da FAO, aos quais o governo brasileiro apoia - ou se comprometeu a apoiar - financeiramente. Eles estão divididos nas modalidades de emergência (3 projetos), cooperação técnica (13), fundos unilaterais (6) e fundos multilaterais (3) e têm orçamento aproximado de US\$ 100 milhões, no que tange às contribuições brasileiras. Destes, cerca de US\$ 30 milhões, provenientes de diferentes ministérios e instituições, restam pendentes de pagamento.

24. Além dos 25 projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra outros cinco projetos, com orçamento total de mais de US\$ 17 milhões (a maior parte já depositada), em que o Brasil é exclusivamente beneficiário de cooperação, e não lhe cabe fazer qualquer aporte financeiro ou em espécie. Quatro destes - sobre reversão de processos de desertificação, políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais, manejo sustentável da captura incidental da pesca de arrasto, e gestão integrada do ecossistema da Ilha Grande - são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O quinto projeto - sobre medição de indicadores de insegurança alimentar no Brasil - é custeado pelo programa regular da FAO.

25. Os projetos de cooperação Sul-Sul e Trilateral promovem o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio das experiências nacionais no desenvolvimento de políticas e programas voltados, no caso da FAO, sobretudo à promoção da segurança alimentar e ao desenvolvimento agrícola e rural sustentável. São atividades que resultam em aprendizado mútuo e, além de ajudar a identificar oportunidades de negócios,

comércio e investimento, elevam o chamado poder brando ("soft power"). Além do Brasil, outros países em desenvolvimento, como Argentina, México, Turquia, Indonésia e, principalmente, a China, têm investido na cooperação Sul-Sul com a FAO, com semelhante propósito. A China, por exemplo, ao implementar ambiciosas iniciativas de cooperação, transformou-se em grande parceira estratégica da Organização.

26. Formalmente, todos os Membros têm igual peso dentro da FAO. No entanto, como as atividades-fim são majoritariamente financiadas por contribuições voluntárias, os principais contribuintes e parceiros gozam, naturalmente, de maior prestígio e capacidade para influenciar os processos decisórios da Organização.

27. A exemplo do que ocorre nos demais fóruns multilaterais de natureza intergovernamental, a atuação brasileira na FAO é condicionada por vetores internos e externos. O primeiro diz respeito às posições nacionais sobre as matérias em debate, transformadas pelo Itamaraty em instruções a esta Representação diplomática. Como é de conhecimento, as posições brasileiras são construídas em coordenação com os ministérios e órgãos públicos pertinentes - e em consulta, sempre que possível, aos diversos setores interessados (instituições acadêmicas e de pesquisa, setor privado, sociedade civil), pelos canais institucionais existentes. O vetor externo refere-se ao locus standi próprio da diplomacia, isto é, às negociações havidas entre as delegações, visando alcançar, a partir das diferentes posições nacionais, base mínima de consenso para o seguimento dos temas.

28. No meu período de gestão de REBRASFAO, essa dinâmica não foi diferente.

29. Chefiei a delegação brasileira na maioria das reuniões dos comitês técnicos da Organização, participei de duas conferências regionais da América Latina e do Caribe (2014 e 2016) e dediquei-me à presidência do Comitê de Produtos de Base (CCP), com mandato a encerrar-se em outubro próximo. Também copresidi duas sessões do Comitê Gestor da Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP), em 2014 e 2015. Tendo em vista o elevado interesse internacional nas políticas sociais e agrárias brasileiras, participei, sempre consoante instruções, como oradora de uma série de eventos na FAO, nos temas de agroecologia, nutrição, perda e desperdício de alimentos, agricultura familiar, proteção social e desenvolvimento rural. No Vaticano, fui ainda convidada a apresentar a visão brasileira sobre a Encíclica Laudato Si, de temática socioambiental. Proximamente, participarei de evento paralelo na FAO, em parceria com a OMS, sobre resistência antimicrobiana e de diversos eventos paralelos à

43ª Sessão Plenária do Comitê de Segurança Alimentar (CFS), a realizar-se de 17 a 21 de outubro próximo.

30. Entre as principais reuniões realizadas durante a minha gestão, destaco a II Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), em novembro de 2014, que resultou na Declaração de Roma e no Plano de Ação da ICN-2, que contém compromissos voluntários assumidos pelos Estados para ações de combate à tripla carga da má nutrição (desnutrição, obesidade e deficiência de micronutrientes). A já mencionada Década de Ação em Nutrição, aprovada este ano pela AGNU a partir de proposta brasileira, decorreu de compromisso assumido naquela Conferência. Também chamo atenção para os seminários realizados na FAO sobre agroecologia (2015) e biotecnologia (2016), abertos à participação de representantes das instituições de pesquisa, setor privado e sociedade civil.

31. Cabe notar ainda que os diplomatas de minha equipe em REBRASFAO, acompanhados ocasionalmente de especialistas e servidores designados em Brasília, cobrem, com extraordinária competência, o intenso calendário de reuniões e eventos paralelos sediados na Organização, apresentando aportes substantivos aos debates - elaborados a partir dos subsídios recebidos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Com frequência, diplomatas do Posto têm coordenado ou integrado grupos de consultas informais, comitês de redação e mesas de negociação cujos trabalhos se estendem pela madrugada.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

32. Não encontrei dificuldades no exercício de minhas funções como Representação do Brasil junto à FAO, mas, sim desafios decorrentes da grande amplitude temática sob a competência da Organização. Apesar de ser o Brasil um dos Membros fundadores da FAO, ainda é preciso aprofundar o conhecimento nacional - no governo, nas instituições de pesquisa, entre o empresariado e a sociedade civil - sobre os temas, produtos e processos da Organização.

33. Nesse sentido, muito ajudaria ampliar o conhecimento e a coordenação interna sobre os diversos temas tratados na FAO - que se estendem da alimentação (incluindo segurança alimentar e nutrição) e da agricultura à pecuária, pesca e florestas, cooperação técnica e humanitária, prevenção de desastres e resiliência, desenvolvimento rural, nutrição, solos, recursos hídricos, recursos genéticos e da biodiversidade (voltados à alimentação e a agricultura), entre outros. A maior regularidade na designação de especialistas brasileiros, oriundos de diferentes ministérios, órgãos e instâncias públicas, para compor a delegação brasileira nas reuniões da Organização seria uma contribuição importante nesse sentido.

34. Outro desafio com que me deparei e que deverá também ser enfrentado pelo próximo Chefe do Posto diz respeito à tendência de diminuição do perfil do Brasil como parceiro de cooperação no âmbito da FAO. Recentemente, no quadro de restrições orçamentárias, reformas institucionais e revisão de prioridades, alguns projetos de cooperação Sul-Sul e Triangular do Brasil na FAO, inclusive em fase de implementação, viram seu orçamento substancialmente reduzido ou suspenso em relação ao acordado. Essa situação costuma gerar desconfiança sobre o real comprometimento do Brasil com os países parceiros - não apenas aqueles eventualmente excluídos desses projetos ou prejudicados na sua revisão posterior, mas também os doadores desenvolvidos que, por vezes, se associam às iniciativas brasileiras. Além disso, no médio e longo prazos, a redução do nível de engajamento em iniciativas com a FAO poderá prejudicar a capacidade brasileira de influir nos processos decisórios da Organização.

SUGESTÕES AO PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

35. O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos - além de ser o primeiro país em biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta - não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO - inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, nutrição, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

36. Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

37. O envolvimento de diferentes ministérios e instituições nacionais nos debates e projetos da FAO - embora ainda esteja muito aquém de seu potencial -, já é representativo da diversidade de interesses do País com relação ao trabalho dessa agência especializada das Nações Unidas.

38. Durante a minha chefia do Posto, identifiquei como relevantes para o Brasil os seguintes temas tratados no âmbito da FAO:

i. Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural - medidas de proteção social; - acesso à terra e aos meios de produção rural; - geração de resiliência das comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetados pelas catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas; às doenças/pestes animais e vegetais; às crises socioeconômicas e a outras crises complexas.

ii. Segurança Alimentar e Nutrição - direito à alimentação adequada; - combate à tripla carga da má nutrição: desnutrição, obesidade e deficiência de micronutrientes; - alimentação escolar e vínculos com a agricultura familiar; - melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos - agricultura familiar; - questões de gênero; - compras institucionais.

iv. Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis - intensificação e eficiência da produção agropecuária, conservação e uso sustentável dos recursos naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos); - manejo florestal sustentável; - pesca e aquicultura sustentáveis; - mudança do clima e agricultura; - bioenergia e sustentabilidade; - agroecologia e produção orgânica; - biotecnologia, melhoramento genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e Triangular - assistência técnica; - construção de capacidades; - formação de redes de pesquisa.

vi. Assistência Humanitária Alimentar - prevenção, mitigação e resposta a emergências; - ações estruturantes para construção de resiliência.

vii. Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas - investimentos e inovação tecnológica; - promoção de sistemas de distribuição e abastecimento inclusivos, sustentáveis, suficientes e justos; - medidas contra perdas e desperdício; - integração de mercados regionais e globais.

viii. Sanidade Vegetal e Animal - prevenção e controle de pestes; - segurança sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. Codex Alimentarius e outras medidas regulatórias

39. A lista acima leva em conta os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo (2014-2017) da FAO, os atos bilaterais e projetos de cooperação com a participação brasileira, bem como os assuntos em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização desde 2014. Embora não seja exaustiva, ela representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete também

o Artigo III do já mencionado Memorando de Entendimento sobre a Parceira Estratégica entre o Brasil e a FAO, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

40. As atividades futuras da FAO têm como grande marco referencial os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 17 dos quais guardariam correspondência com áreas cobertas pelo amplo mandato da Organização. Evoluções recentes nas chamadas Convenções do Rio, sobre biodiversidade (CDB), desertificação (UNCCD) e, principalmente, mudança do clima (UNFCCC) também poderão influenciar suas atividades.

41. Sobre os arranjos e agrupamentos políticos atuantes na FAO, observo que, além de participar ativamente das discussões do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), e manter diálogo estreito com países dos BRICS (Rússia, Índia e África do Sul) e da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), o Brasil assumirá em breve a presidência do Grupo dos 77 + China, cuja grande maioria de seus 134 países possui representação diplomática nesta capital. A ação coordenada em Roma tem sido especialmente importante para as deliberações orçamentárias na FAO.

42. Não obstante o elevado perfil da participação brasileira na FAO, ainda há espaço para maior engajamento. Para tanto, seria preciso fortalecer, no Brasil, a interlocução com os diferentes ministérios e órgãos públicos com interesse nos temas agrícolas e alimentares, bem como assuntos correlatos (meio ambiente, desenvolvimento tecnológico, saúde pública etc). O Brasil tem ainda muito a contribuir para os debates com a difusão de sua experiência em políticas públicas sobre concessão de crédito, gestão de risco (zoneamento de risco climático e seguro agrícola) e agricultura de baixo carbono (Plano ABC), zoneamento econômico-ecológico, cadastro ambiental rural (SiCar), novo Código Florestal, alimentação escolar vinculada à agricultura familiar, compras institucionais, ações de redução de perdas e desperdício de alimentos, entre outras.

43. A FAO tem interesse, por exemplo, em colaborar com o Ministério da Agricultura (MAPA) no programa de recuperação de áreas degradadas, bem como em parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) para apoiar produtores agrícolas africanos e latino-americanos. Especialistas do MAPA, por sua vez, já vislumbraram oportunidade de capacitação em medidas fitossanitárias no âmbito da Convenção Internacional de Proteção Vegetal (CIPV), e de projeção do Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC). Com relação ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), a FAO oferece um espaço relevante, ainda a ser ocupado, para maior difusão e conhecimento da experiência brasileira em

monitoramento florestal, mediante projetos de cooperação Sul-Sul concentrados em capacitação e compartilhamento de tecnologias. Também há oportunidades potenciais para a EMBRAPA, em diversas áreas de conhecimento, a Agência Nacional de Águas (proposta de parceria com a Austrália) e outras instituições de excelência do País.

44. Na área de segurança alimentar e nutrição, diversos ministérios e instituições brasileiras podem contribuir de maneira significativa nos debates da FAO, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), do Ministério da Saúde (MS), a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além do já mencionado Ministério da Agricultura.

45. No que toca especificamente ao Ministério da Saúde, registro algumas oportunidades identificadas em encontro recente do Ministro Ricardo Barros com o Diretor-Geral da FAO, à margem do evento Nutrição para o Crescimento, em 4 de agosto, no Rio de Janeiro. A FAO propôs-se a difundir em outros países em desenvolvimento as políticas brasileiras (adotadas e em curso) no campo da nutrição, entre elas o Guia Alimentar para a População Brasileira. Os esforços para a redução do consumo de sódio e de açúcar e as práticas de rotulagem de alimentos, por exemplo, também seriam bem-vindos, principalmente em países africanos, para quem o Brasil é grande modelo e referência em políticas sociais. Sobre o enfrentamento ao vírus Zika, o Dr. Graziano da Silva avaliou que a FAO teria muito a contribuir com seu "expertise" no controle de doenças em animais: a técnica dos mosquitos irradiados e estéreis, desenvolvida em conjunto com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é uma tecnologia de livre acesso, que poderia ser utilizada pelo Governo brasileiro.

46. Dado o amplo espectro de saberes e interesses, como demonstrado acima, seria igualmente oportuno ao Brasil conectar melhor o conhecimento científico produzido no âmbito da FAO com aquele oriundo das universidades e centros de pesquisa nacionais. Ao estreitar diálogo com a FAO e seus Membros, inclusive mediante cooperação Sul-Sul, as instituições brasileiras - governamentais e não governamentais - poderiam beneficiar-se da ampliação de seu conhecimento e capacidade técnica. Ao mesmo tempo, a maior participação brasileira nesse campo, além de fortalecer o "soft power" do Brasil - com benefícios tangíveis e intangíveis -, ajudaria na identificação de novas tendências e oportunidades ligadas à ciência aplicada.

47. A situação das contribuições obrigatórias brasileiras também merecerá atenção constante, dado que o Estado membro perde o direito ao voto na FAO caso seu atraso iguale ou

exceda o montante das contribuições nos dois anos precedentes (Constituição da FAO, Artigo III.4). As contribuições anuais devem ser quitadas no mesmo ano de exercício, para não serem consideradas em atraso, a partir de 1/01 do ano sucessivo, ou registradas como dívida do país (dois anos sem pagamento), podendo implicar a perda do direito a voto a partir de então.

48. A parcela em dólares relativa à contribuição brasileira de 2015 foi integralmente quitada, permanecendo pendente o pagamento de EUR 2.072.743,02, daquele ano. A contribuição do Brasil no exercício de 2016, em atraso desde 1/01/2016, é de US\$ 8.010.582,84 e EUR 5.635.715,22.

49. Registro, por fim - não por razões formais, e sim porque tenho sincera satisfação em fazê-lo -, que conto com uma equipe de diplomatas de extraordinário valor, competência profissional e compromisso com o Estado brasileiro, sem o qual não teria sido possível realizar o trabalho acima descrito.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA)

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas; atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças.

2. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

3. O PMA tem uma equipe de cerca de 10 mil funcionários, dos quais mais de 90% trabalham diretamente nas operações.

4. A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

5. Em 1961, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de iniciativa norte-americana, que determinava a criação -

inicialmente em caráter experimental - do Programa Mundial de Alimentos, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA foi estabelecido em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganhou caráter permanente, e órgãos de governança. O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social - ECOSOC - da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por contribuições voluntárias. Desde 1999, o Brasil participa dos trabalhos da Junta Executiva, tendo compartilhado com a Guatemala o mandato de 2015-2017 (vide § 47).

6. O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de cinco anos renováveis. No cargo desde abril de 2012, a norte-americana Ertharin Cousin responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorada por um Diretor-Executivo Adjunto (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Adjuntos para temas específicos (Ramiro Armando De Oliveira Lopes Da Silva, Manoj Juneja e Elisabeth Rasmusson).

7. O PMA emprega aproximadamente 14.700 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos. Em média, alcança mais de 80 milhões de pessoas com assistência alimentar em cerca de 80 países a cada ano.

8. A direção estratégica da organização é mapeada em seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2017-2021 encontra-se em elaboração e deverá alinhar os objetivos estratégicos do Programa à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular os ODS 2 e 17, bem como aos resultados da Cúpula Humanitária Internacional, realizada em Istambul em 23-24/05/16. Juntamente com o novo plano estratégico, deverão ser aprovados na segunda sessão regular da Junta Executiva do PMA em 2016, prevista para novembro, o marco sobre resultados corporativos (2017-2021), a política para planos estratégicos nacionais, e a revisão do marco financeiro do PMA.

* Atividades:

9. Em 2006 (ano mais recente com dados completos e consolidados), o PMA distribuiu 4 milhões de toneladas de alimentos a 87,8 milhões de pessoas em 78 países; 63,4 milhões dos beneficiados foram assistidos em operações de emergência, incluindo vítimas de conflitos, desastres naturais e dificuldades econômicas em países como Quênia,

Líbano e Sudão. As despesas diretas alcançaram US\$ 2,9 bilhões, com a maior parte dos recursos destinada a Operações de Emergência e Casos de Necessidade Imediata (EMOP). A maior operação do PMA em 2006 ocorreu no Sudão, onde o programa alcançou 6,4 milhões de pessoas. Em segundo e terceiro lugares estão, respectivamente as operações na Etiópia e no Quênia.

10. O PMA concentra sua ajuda nas mulheres e crianças, com o objetivo de erradicar a fome infantil. Em 2005, o auxílio alimentar foi fornecido a 58,2 milhões de crianças, 30% das quais menores de cinco anos. Em 2006, o PMA ajudou a 58,8 milhões de crianças famintas. A merenda escolar e/ou os programas de alimentação domiciliar em 71 países ajudam estudantes a focar-se nos estudos e incentivam os pais a enviar as crianças, especialmente as meninas, à escola.

11. Em 2015, os aportes totais ao PMA foram de cerca de US\$ 5,05 bilhões.

* Doadores:

12. O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades - convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

13. Em 2006, por exemplo, o programa recebeu US\$2,9 bilhões em contribuições. Os custos administrativos da organização ficam em cerca de 7% - um dos mais baixos e melhor cotados entre as agências humanitárias.

14. Desde 2012, o PMA arrecadou aproximadamente US\$ 19,56 bilhões - todos em valores aproximados e contabilizadas doações financeiras ou em espécie. Consideradas as doações feitas até o início desse ano (dados consolidados em 24/02/2016), são os seguintes os dez maiores doadores ao PMA nos últimos cinco anos:

1Estados Unidos US\$ 7,5 bilhões 2Reino Unido US\$ 1,54 bilhão
3Canadá US\$ 1,37 bilhão 4Comissão Europeia US\$ 1,36 bilhão
5Alemanha US\$ 1,13 bilhão 6Japão US\$ 912 milhões 7UN CERF US\$ 581 milhões
8Suécia US\$ 475 milhões 9Arábia Saudita US\$ 453 milhões
10Austrália US\$ 411 milhões

15. O Brasil ocupa a 24ª posição entre os principais doadores no período, tendo contribuído com US\$ 100,1 milhões. Com doações de montante aproximado ao do Brasil, estão Coreia do

Sul (US\$ 111,3 milhões), Itália (US\$ 101,9 milhões), Bélgica (US\$ 100,1 milhões) e Irlanda (US\$ 98,5 milhões).

16. No agrupamento BRICS, a Rússia tem sido o principal contribuinte, com aportes que totalizam, desde 2012, cerca de US\$ 223,2 milhões - em grande parte usados pelo PMA para adquirir veículos e máquinas russos. Abaixo do Brasil, ficaram China (US\$ 32,66 milhões), África do Sul (US\$ 23 milhões) e Índia (US\$ 7,68 milhões).

17. Entre os latino-americanos, os maiores contribuintes no período, além do Brasil, foram Honduras (US\$ 79,8 milhões), Colômbia (US\$ 29,8 milhões) e Guatemala, (US\$ 12,5 milhões). Nos três casos, os recursos doados foram utilizados nos próprios países ("partnerships with host governments") - modalidade de contribuição que o PMA tem incentivado, com o propósito de atrair recursos, sobretudo dos países de renda média.

18. Levantamento sobre as doações de 2015 totalizam US\$ 5.050.936.052, provenientes de 96 contribuintes. Os maiores doadores do período foram:

1EUA US\$ 2.008.802.966 2Reino Unido US\$ 456.855.096 3Alemanha US\$ 329.258.331 4Canadá US\$ 261.645.796 5Comissão Europeia US\$ 250.347.378 6Japão US\$ 196.773.084 7UN CERF* US\$ 159.928.948 8Arábia Saudita US\$ 151.249.675 9Holanda US\$ 101.464.033 10Doadores Privados US\$ 98.338.198 (* CERF - Fundo Central da ONU de Resposta a Emergências)

19. Em 2015, o Brasil figurou em 33º lugar entre os contribuintes, com US\$ 6.093.082,00 repassados ao Programa, nos quais são estimados os valores em dólares das doações em alimentos (contribuições "in kind").

20. Levantamento parcial sobre as doações de 2016 feitas até 11/09 totalizam US\$ 4.240.755.537, provenientes de 76 contribuintes. O Brasil não realizou doações no período.

21. As informações financeiras do PMA são atualizadas regularmente e publicadas na página: <http://www.wfp.org/funding/year>.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE MINHA GESTÃO

22. De modo geral, as ações do PMA encontram-se bem alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;
- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce ("early warning systems");
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional; e
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de "fórmulas nutritivas" importadas.

* Cooperação sul-sul e triangular

23. Nesse contexto, cumpre recordar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação sul-sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento - sobretudo africanos e latino-americanos - na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, inspirados na bem-sucedida experiência brasileira de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala. Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro promove visitas de estudo e seminários, bem como missões técnicas e de alto nível para intercâmbio de experiências e capacitação, permitindo aos beneficiados transformar, a seu modo, a alimentação escolar em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.

24. Em cinco anos de existência, o Centro de Excelência prestou cooperação na área da elaboração de políticas públicas de compras institucionais da agricultura familiar para programas de merenda escolar a cerca de 60 países da África, Ásia e América Latina. Atualmente, 24 países envolvidos já estão em processo avançado de elaboração de políticas públicas nacionais de segurança alimentar, baseadas no modelo brasileiro. Em 2016, o Centro tem focado sua atuação menos no recebimento de delegações estrangeiras e mais no trabalho de facilitação de discussões para o

desenvolvimento de políticas públicas e estratégias nacionais de segurança alimentar e nutrição nos países que solicitam seu apoio.

25. O trabalho do Centro de Excelência brasileiro como exemplo concreto de cooperação sul-sul para o desenvolvimento tem despertado o interesse de outros países, em particular China, Rússia e Índia, que já manifestaram a intenção de estabelecer centros de excelência nos moldes do brasileiro. A China gostaria de usar o centro para apoiar as políticas regionais asiáticas em matéria de segurança alimentar, enquanto a Rússia pretende estender os serviços de seu centro a países vizinhos, conforme suas necessidades. Por sua vez, a Índia acenou recentemente com a possibilidade de investir em um centro mais focado em inovações tecnológicas.

26. Outra expressão prática de convergência de interesses entre o Brasil e o PMA é o projeto OSRO/RAF/202/BRA ("Purchase from Africans for Africa - PAA Africa"), iniciado em 2012, para promover segurança alimentar e nutricional, assim como geração de renda para agricultores em cinco países do continente africano: Etiópia, Maláui, Moçambique, Níger e Senegal. A iniciativa se inspirou na bem sucedida experiência brasileira do "Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", e desenvolveu-se por meio de importante parceria entre Brasil, FAO, PMA e Reino Unido. O PAA África apoia projetos para a compra local de alimentos de pequenos produtores com finalidade de assistência alimentar. Também incentiva soluções de longo prazo para o combate à fome e a desnutrição, com estratégias de geração de renda para agricultores locais e comunidades vulneráveis.

27. Em associação com a iniciativa Purchase for Progress (P4P) do Programa Mundial de Alimentos, também destinada a promover o acesso dos pequenos agricultores aos mercados locais, o PAA África estimula a compra de alimentos para a alimentação escolar. Além disso, o projeto compreende atividades educativas, realizadas em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome. O papel do Centro é o de promover a cooperação e apoiar o aprendizado, com intercâmbio de experiências entre o PAA no Brasil e o PAA África.

28. Em suas fases I e II, o projeto esteve concentrado na capacitação da agricultura familiar, no estabelecimento de sistemas de compras institucionais de alimentos e no apoio técnico, de modo a conectar organizações de pequenos produtores ao mercado. Além disso, contribuiu de maneira significativa para que estudantes tivessem acesso a alimentos mais diversificados, nutritivos e saudáveis. Também foram observados resultados positivos nas taxas de permanência e desempenho das crianças nas escolas participantes. De acordo com dados da FAO, os cerca de 5.000 agricultores familiares que participaram do PAA África puderam, em razão do programa

de compras institucionais, aumentar sua produtividade em 115%. Além disso, nos primeiros dois anos do programa, cerca de 1.000 toneladas de alimentos adquiridos de produtores locais foram destinados à alimentação de cerca de 128.000 estudantes em 420 diferentes escolas africanas.

29.O PAA África tem seu término previsto para 30 de setembro corrente, tendo a FAO solicitado ao governo brasileiro sua extensão - sem custos adicionais - até 31 de janeiro de 2017, de modo a finalizar atividades de monitoramento e avaliação. Os cinco meses de extensão, ainda pendentes de confirmação do lado brasileiro, permitiriam à FAO: (a) fornecer orientação e apoio à avaliação independente que será implementada no Maláui e no Senegal, fornecendo acesso a dados das atividades apoiadas pela FAO no nível nacional; (b) realizar atividades de monitoramento e assegurar a elaboração do relatório final das atividades atualmente em curso; (c) assegurar o apoio contínuo aos governos africanos, de modo a que as lições aprendidas no projeto estejam refletidas nas prioridades nacionais; e (d) apoiar a disseminação dos resultados do monitoramento e avaliação do projeto. Os documentos solicitados com vista a avaliar o pedido da FAO foram encaminhados à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE).

30. Durante minha gestão como encarregada dos temas do PMA, participei ativamente das reuniões anuais da Junta Executiva do Programa, bem como de eventos paralelos sobre o Centro de Excelência contra a Fome e o PAA África. Destaco o evento de comemoração dos cinco anos de atividades do Centro, realizado durante a Sessão Anual da Junta Executiva do PMA, em 15 de junho de 2016, que estimulou o Subdiretor Executivo do Programa a sugerir a realização de evento semelhante às margens da Assembléia Geral das Nações Unidas. O objetivo do evento seria apresentar aos participantes da AGNU o trabalho do Centro de Excelência como exemplo concreto de cooperação sul-sul para o desenvolvimento.

31. Também sublinho a realização de Seminário Internacional de três dias sobre o PAA África nas sedes da FAO e PMA, de 2 a 4 de maio de 2016, do qual participaram delegações das capitais dos países africanos envolvidos no projeto e de diferentes representações permanentes sediadas em Roma. O evento, organizado por FAO e PMA, teve por objetivo apresentar os resultados da fase II do PAA África e os planos nacionais de ampliação do projeto, incluindo a possível participação do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Na ocasião, países que não fazem parte atualmente do projeto, como Quênia e Gâmbia, manifestaram interesse em receber apoio do PAA África, restando clara a existência de demanda para sua continuação. Entre os desafios apontados, destacou-se, em particular, a necessidade de financiamento da próxima fase do projeto.

* Contribuições brasileiras ao PMA:

32. As iniciativas acima referidas se somam às contribuições "in kind" de alimentos (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em desenvolvimento, principalmente da África e América Latina.

33. Com valor acumulado de US\$ 100 milhões nos últimos cinco anos, os aportes brasileiros respondem por 0,51% do total arrecadado pelo PMA.

34. O PMA tem registrados, como contribuição potencial do Brasil, ainda sem beneficiário definido, os seguintes aportes de alimentos: arroz - 13.451 toneladas (US\$ 349,69/ton) e feijão - 17.729 toneladas (US\$ 527,36/ton). Os destinatários desses alimentos reservados ao PMA ainda não foram definidos pois é preciso, antes, identificar parceiros interessados numa operação conjunta ("twinning") com o Brasil para cobrir os custos associados da doação, principalmente seu transporte e distribuição aos destinatários.

35. Existem, porém, expectativas quanto ao destino do arroz, em função de autorizações dadas e anúncios feitos recentemente pelo Brasil junto a países interessados. O PMA estaria aguardando a confirmação das seguintes remessas em 2016: Síria - 4.500 toneladas; Sudão do Sul - 4.500 toneladas; Rep. do Congo - 1.716 toneladas; Nicarágua - 950 toneladas.

36. Ressalto que, no passado, as doações brasileiras de alimentos ao PMA foram feitas em parceria com Espanha, Canadá e Austrália, que se responsabilizaram pelos custos das operações de transporte e distribuição realizadas pelo Programa. Mais recentemente, no entanto, a identificação de parceiros para custeio do transporte e distribuição dos alimentos tem-se tornado mais difícil, não apenas pelos altos custos envolvidos nas operações, como também pelo crescente estímulo, do próprio PMA, à produção local de alimentos ou sua aquisição em mercados mais próximos do local de destino.

37. Não há pagamento brasileiro em atraso. Em 2015, o Brasil quitou valores pendentes de contribuições anunciadas em 2012 para atividades no Senegal e no Paraguai.

38. Como as contribuições anunciadas para determinado projeto são contabilizadas no ano de seu anúncio, caso um país não honre um anúncio de doação que tenha feito e o projeto correspondente seja encerrado, o PMA deduz o valor devido do total das contribuições do país no referido ano e registra o fato no relatório do projeto. O quadro geral dos doadores é

corrigido, o que explica ocasionais reajustes nos montantes de anos precedentes e na classificação entre os doadores.

39. O quadro das contribuições brasileiras apresenta os seguintes montantes anuais:

2007- US\$ 1.095.575 2008 - US\$ 1.282.966 2009 - US\$ 15.786.239 2010 - US\$ 12.942.481 2011 - US\$ 70.278.249 2012- US\$ 82.548.102 2013- US\$ 7.091.520 2014 - US\$ 4.435,252 2015 - US\$ 6.093.082 2016 - US\$ 0

40. Diante do quadro acima, o Brasil não se encontra entre os 75 contribuintes que efetuaram doações ao PMA até 28 de agosto deste ano.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

41. Ao longo da minha gestão, um dos principais desafios encontrados no exercício de minhas funções junto ao Programa Mundial de Alimentos diz respeito à redução do perfil de doador do Brasil, em razão das dificuldades em encontrar parceiros para financiar os custos de transporte e distribuição dos alimentos.

42. O aumento repentino das contribuições brasileiras em 2012 - quando a concretização de diversas parcerias conjuntas ("twinning") permitiu ao país contribuir com o equivalente a US\$ 82,5 milhões - gerou expectativas de que o Brasil, como potência emergente e grande produtor de alimentos, pudesse ajudar a elevar os aportes ao PMA, liderando a diversificação de sua base de doadores. O retorno das contribuições brasileiras a patamares inferiores, com US\$ 7,0 milhões e US\$ 4,4 milhões, nos dois anos seguintes, frustraram tais expectativas e colocaram em dúvida a capacidade do País de manter-se entre os principais contribuintes do Programa, ainda que continue sendo um importante doador. A dificuldade atual de encontrar parceiros interessados em financiar os (quase sempre altos) custos associados às doações de alimentos brasileiros tende a permanecer, podendo consolidar o baixo perfil de contribuição do Brasil ao PMA, caso outra solução não seja encontrada.

43. Nesse contexto, cabe destacar especial dificuldade encontrada durante minha gestão em contar com a aceitação pelo PMA de aportes diretos do setor privado brasileiro para o custeio de operações de doação de alimentos. As justificativas foram vagas; variaram desde o não atendimento de critérios para parcerias do PMA com empresas até impedimentos legais para o próprio financiamento de operações de "twinning" com recursos do setor privado.

44. Considerando que o Programa Mundial de Alimentos funciona com base em contribuições voluntárias e destinadas a

atividades específicas ("earmarked"), a redução do perfil de doador implica automaticamente na redução da capacidade de influenciar as decisões adotadas pelos órgãos de governança do Programa, em particular a Junta Executiva.

45. Diante de tal cenário, uma maneira de manter a relevância e o alto perfil da contribuição do Brasil ao PMA é seguir fortalecendo as ações de cooperação sul-sul com o Programa, das quais a manutenção do Centro de Excelência contra a Fome em Brasília e a continuação do PAA África são os exemplos mais imediatos.

46. Com relação às atividades do Centro de Excelência, seu Diretor confirmou aportes de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) da ordem de US\$ 1.3 milhões, que garantem o trabalho do Centro até pelo menos 2017. Quanto ao PAA África, o compromisso brasileiro de financiamento previsto para a parte operativa do projeto foi concluído, sendo essencial para sua continuidade a identificação de novos parceiros, incluindo os fundos e bancos de financiamento ao desenvolvimento.

SUGESTÕES AO PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

47. O Brasil voltará a integrar a Junta Executiva do PMA em fevereiro de 2017, quando da realização da primeira sessão regular daquele órgão. Em acordo realizado no âmbito do Grupo da América Latina e Caribe, Brasil e Guatemala compartilham atualmente o mandato de três anos na Junta Executiva do PMA referente ao período 2015-2017. O Brasil já apresentou candidatura para integrar a Junta Executiva do PMA no período de 2018-2020, a ser decidida no Conselho da FAO, em dezembro de 2017.

48. Ao retornar à Junta Executiva do PMA, sugiro ao futuro chefe do Posto seguir trabalhando para fortalecer a participação do Brasil, na condição de país em desenvolvimento, no processo de tomada de decisão do programa. Também recomendo ênfase na necessidade de maior cooperação com a FAO e o FIDA, a fim de estimular a otimização de recursos e, principalmente, evitar a duplicação de esforços e sobreposição de mandatos.

Sobre o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural.

2. Tem o mandato contribuir para a erradicação da fome e da pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos em conjunto com os países beneficiados e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras.

3. As iniciativas contemplam, principalmente, a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais. Desde o início de suas operações, em 1978, o Fundo investiu cerca de US\$ 14,8 bilhões em mais de 900 projetos.

4. Conforme o art. 2 de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas concebidos para introduzir, expandir e/ou melhorar sistemas de produção de alimentos, e para fortalecer políticas e instituições segundo as prioridades e estratégias nacionais. Busca, assim, aumentar a produção nos países menos desenvolvidos e ainda deficitários de alimentos, fomentar o potencial produtivo de outras nações em desenvolvimento, e melhorar o nível nutricional, bem como as condições de vida, das populações mais pobres desses países.

5. As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFIs). Os recursos provêm de contribuições, ganhos com operações financeiras e outras fontes (art. 4.1 do Acordo Constitutivo). Também há expectativa de que o Fundo comece a levantar recursos no mercado internacional de debêntures para aplicar no financiamento de projetos.

6. A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas, de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias: Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE); Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP) e; Lista C (países em desenvolvimento) - esta última, ramificada

nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

7. Os Estados membros são convidados a contribuir para o Fundo segundo suas capacidades. Os aportes, de natureza voluntária, são baseados na escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições cumulativas. Desse modo, nota-se que a Lista A - grupo que reúne presentemente os principais contribuintes - exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países recipiendários, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçando, por conseguinte, a sua atuação política.

8. Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores. A representação do governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que indica os Governadores Titular e Alternado do país junto ao Fundo. Por decisão do MPOG, coube a mim ocupar a posição de Governadora Alternada, nos termos acordados entre o Itamaraty e aquele Ministério.

9. Nos termos do Acordo Constitutivo do FIDA, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal. Na Décima Reposição (FIDA X), concluída recentemente, foram alocados US\$ 1.149 bilhão. Nas nove reposições precedentes, os recursos totalizaram US\$ 6,78 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões provenientes de países da lista A (países industrializados); US\$ 1,2 bilhão de países da lista B (produtores de petróleo); e US\$ 0,54 bilhão de países da lista C (países africanos, asiáticos e latino-americanos). Os países da lista C3 (América Latina e Caribe) contribuíram com US\$ 0,14 bilhão.

10. Do início das atividades do FIDA até sua Nona Reposição, os dez maiores contribuintes ao Fundo aportaram cerca de US\$ 4,4 bilhões, ou cerca de 62% do total de recursos carreados. Com o FIDA X, os montantes correspondentes aos dez maiores contribuintes passarão a ser: 1º - Estados Unidos, US\$ 977.608.500; 2º - Alemanha; US\$ 535.991.900; 3º - Países Baixos, US\$ 510.470.000; 4º - Japão, US\$ 504.561.500; 5º - Itália, US\$ 476.260.000; 6º - Reino Unido, US\$ 469.676.000; 7º - Arábia Saudita, US\$ 432.778.000; 8º - Suécia, US\$ 411.774.400; 9º - França, US\$ 382.962.100 e; 10º - Canadá US\$ 356.349.000.

11. Nota-se que Índia e China apresentaram ofertas importantes na reposição para o FIDA X, de US\$ 36.904.400 e

US\$ 59.910.100 - elevando suas contribuições totais a US\$ 164.153.400 e US\$ 158.610.100, respectivamente. A oferta do Brasil ao FIDA X foi de US\$ 16.655.500, de modo que o total passará a ser de US\$ 97.380.500.

**** Relação do FIDA com o Brasil**

12. A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades desenvolvidas no país têm o propósito de apoiar os esforços nacionais para melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano - IDH. O FIDA já financiou onze projetos no Brasil, dos quais seis ainda estão em curso. Os aportes totalizam cerca de US\$ 825 milhões; mais de 30% desse valor, US\$ 260 milhões, foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365.400 famílias.

13. A avaliação independente do Programa do FIDA no Brasil, realizada em 2015, recomendou que fosse elaborada uma nova linha de ação a ser acordada com o governo brasileiro. Foi assim elaborado o Programa-País de Oportunidades Estratégicas do Brasil (COSOP/Brazil) para o período 2016-2021. Em linha com esse documento, as atividades desenvolvidas devem estar comprometidas com o desafio central da política de desenvolvimento agrário brasileira, qual seja, superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais. Consoante os objetivos estratégicos definidos conjuntamente, o Fundo deve apoiar a capacitação e aumento da empregabilidade e renda de agricultores familiares - principalmente mulheres e jovens -, bem como facilitar seu acesso a serviços essenciais. Embora o FIDA concentre sua atuação no semiárido nordestino, o novo COSOP/Brazil também prevê iniciativas em bolsões de pobreza da Amazônia e do agreste. O Fundo deverá destinar um total de US\$ 141,2 milhões em empréstimos ao país nos próximos cinco anos.

14. Os projetos financiados pelo FIDA devem estar alinhados com os programas de investimento dos estados da federação na área de abrangência de suas atividades e em linha com as políticas públicas do governo federal. São favorecidas atividades com potencial de alcançar efeitos positivos diretos e indiretos, de acordo com as necessidades e prioridades locais. No Brasil, há projetos que apoiam, por exemplo, a aplicação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, a difusão de tecnologias de coleta e conservação de água, e o planejamento participativo para orientar o avanço da inovação associada aos conhecimentos tradicionais.

AÇÕES REALIZADAS DURANTE MINHA GESTÃO

15. Atualmente, seis projetos encontram-se em operação no Brasil, todos no semiárido nordestino. Destes projetos, cinco são implementados por governos estaduais na sua qualidade de mutuários, enquanto o sexto - Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) - consiste numa ação descentralizada do governo federal no Nordeste, que visa testar e promover inovações na coordenação das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. Sua primeira etapa, iniciada em 2001, beneficiou mais de 15 mil famílias e foi considerada exitosa na avaliação do FIDA. O PDHC II entrou em vigor em agosto de 2014, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o propósito de cobrir 129 municípios em sete estados do Nordeste e beneficiar 79 mil famílias. Os demais projetos em implementação com apoio do FIDA são: Semear (AL, BA, CE, PE, PI, PB, RN, SE.), Viva o Semiárido (PI), PROCASE (PB), Dom Távora - Negócios Rurais para Pequenos Produtores (SE), e Projeto Paulo Freire (CE).

16. Embora mantenha o Nordeste como sua área de ação prioritária, o FIDA tem, como disse, a intenção de expandir o cofinanciamento de projetos para além do semiárido. Além da concessão de empréstimos, a estratégia pretende fomentar o diálogo sobre políticas, a difusão de conhecimento e a cooperação horizontal. O Presidente do Fundo, Kanayo F. Nwanze, já expressou interesse em compartilhar experiências com o Ministério da Agricultura (MAPA) na área de redução da pobreza rural, no apoio aos sistemas produtivos dos agricultores familiares e na transformação rural sustentável.

17. O FIDA tem ainda papel importante a cumprir em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento e parcerias estratégicas (públicas e privadas). As posições brasileiras nas negociações da Junta Executiva e do Conselho de Governadores do Fundo têm visado, principalmente, assegurar e reforçar esse engajamento - objeto de crítica crescente por parte dos países industrializados, que gostariam de limitar os recursos do Fundo a países de menor desenvolvimento relativo, principalmente na África.

18. No novo período do COSOP/Brazil (2016-2021), o FIDA apoiará a cooperação Sul-Sul brasileira, sobretudo na América Latina e do Caribe e na África Subsaariana. Em nossa região, continuará a fomentar o diálogo sobre políticas e gestão do conhecimentos entre o Brasil e os demais países do Mercosul ampliado. Por sua vez, as Plataformas África-Brasil e América Latina & Caribe-Brasil de Inovação Agropecuária ("Innovation Marketplace") deverão incrementar a inovação e o desenvolvimento da agricultura nessas duas regiões, com foco na melhoria do meios de vida em zonas semiáridas, mediante parcerias com instituições locais e regionais.

19. A EMBRAPA é a principal parceira do FIDA na implementação do "Innovation Marketplace", que também conta com suporte do MAPA, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). A edição latino-americana e caribenha será planejada a partir da experiência adquirida com as atividades na África, cujo projeto já recebeu subvenção do FIDA. O "Innovation Marketplace" também recebe apoio dos Bancos Mundial (BM) e Interamericano de Desenvolvimento, do Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e da Fundação Bill & Melinda Gates.

* Situação das contribuições brasileiras

20. O Brasil é um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA desde o início de suas operações; ao mesmo tempo, é o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento, atrás de Índia e China. O direito a voto é, conforme mencionei, ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

21. Foi quitada a nota promissória do governo brasileiro referente à Oitava Reposição (FIDA VIII), no valor total de US\$ 4.288.328,95. Com relação à Nona Reposição (FIDA IX), as contribuições brasileiras a serem pagas vencem ao final de 2016, 2017 e 2018 (US\$ 5.566.668,00 cada). A oferta do Brasil ao FIDA X foi de US\$ 16.655.500,00.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

22. Quando assumi o Posto, as atribuições de Governador Titular e Alternado perante o FIDA encontravam-se ambas sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) - que tem, naturalmente, a competência necessária para tratar dos temas financeiros nesse fórum. No entanto, os altos funcionários designados daquele Ministério só podiam vir a Roma ocasionalmente, para as sessões anuais do Conselho e, eventualmente, da Junta Executiva. Como REBRASFAO não estava formalmente designada a representar o país perante o Fundo, não dispúnhamos da necessária legitimidade para participar das reuniões de informação, consulta e trabalho do FIDA - ainda que o secretariado não impedisse a presença de diplomatas do Posto em suas atividades.

23. O diagnóstico conjunto do problema, seguido de tratativas entre o Itamaraty e o MPOG, permitiu que a situação fosse resolvida. Em agosto de 2015, fui designada Governadora Alternada pelo então Ministro do MPOG, na qualidade de Governador Titular. Desde então, REBRASFAO vem participando

ativamente das discussões no âmbito do FIDA. E, dado o excelente nível de interlocução alcançado entre o Posto, o MRE e o MPOG, não encontrei qualquer dificuldade no exercício de minhas funções junto ao Fundo. De fato, ao longo do período de minha chefia da Representação, coube ao Brasil coordenar os países latino-americanos da Lista C-3.

SUGESTÕES AO PRÓXIMO CHEFE DO POSTO

24. O grande envolvimento do Fundo com o Brasil deriva, por um lado, do fato de que 30% de todos os pobres rurais da América Latina e Caribe localizarem-se em território nacional. Por outro lado, o país é reconhecido por sustentar sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, afora conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade. Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação mantida com o Brasil advém, em muitos aspectos, da coordenação nacional entre os órgãos financeiros e aqueles responsáveis pelas políticas de desenvolvimento agrário.

25. Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados. Com a instalação, no início do ano, de seu escritório em Salvador/BA, o Fundo busca fortalecer sua presença no Brasil. Mais próximo das operações no terreno, pretende melhorar a supervisão dos projetos em curso e estreitar o diálogo com governos e outras partes interessadas no desenvolvimento agrícola nacional.

26. Cumpre acompanhar o estreitamento das relações institucionais com a EMBRAPA, em especial no mencionado projeto "Innovation Marketplace", que conectará especialistas e instituições brasileiras, latino-americanas e africanas dedicadas à pesquisa para o desenvolvimento agrícola. Outra iniciativa apoiada pela EMBRAPA é o Programa de Adaptação de Conhecimentos para a Promoção da Agricultura Sustentável e do Acesso a Mercados, da Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), associada à Universidade Federal de Viçosa. Aprovado pela Junta Executiva do FIDA em 2015, o programa deverá contar com doação de US\$ 2 milhões do FIDA para a sua execução no período de três anos. Ambas iniciativas contam como o apoio de entidades como o BID, o DFID e a Fundação Bill & Melinda Gates.

27. No mais, cabe atentar para a manutenção da coerência entre as ações do FIDA e seus objetivos estratégicos para o Brasil, destinados a fortalecer as políticas públicas

nacionais de desenvolvimento agrário e combate à pobreza rural. Como disse (? 16), o FIDA tem interesse especial em aprofundar a troca de experiências com o Brasil no apoio aos sistemas produtivos da agricultura familiar, visando a transformação rural sustentável.

28. Em novembro próximo, o país deverá receber visita de campo da Junta Executiva. Em fevereiro de 2017, espera-se que o Brasil seja reeleito para a Junta Executiva, durante a próxima sessão do Conselho de Governadores. Nessa ocasião, será também definido o sucessor de Kanayo F. Nwanze na Presidência do FIDA. Ao encerrar seu segundo mandato, o nigeriano, ex-Diretor do Conselho de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), terá liderado o Fundo por oito anos, período em que dobrou sua presença nos Estados membros, com a instalação de escritórios nacionais: eram 25 quando assumiu, em 2009; hoje são 50, dos quais pelos menos 40 - inclusive o brasileiro - já se encontram em operação.

MARIA LAURA DA ROCHA, Embaixadora Representante Permanente junto à FAO